

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. Maria/Pedro: um estudo sobre vivências, identificações e variações de gênero no período da infância. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 17, n. 49, p. 81-96, abril de 2018 ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Maria/Pedro: um estudo sobre vivências, identificações e variações de gênero no período da infância

Maria/Pedro: a study on living, identification and variations of gender in the childhood period

Luciana Maria Ribeiro de Oliveira

Recebido em: 21.11.2017

Aceito em: 30.11.2017

Resumo: O texto trata sobre as variações de gênero durante o período da infância e faz parte de pesquisa de pós-doutorado (2013/2015) realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). A proposta deste artigo é delinear algumas considerações iniciais ilustradas pela história da Maria/Pedro, para então, realizar um debate a respeito da atual patologização dos comportamentos baseados em identificações de gênero desviantes do sexo biológico. A ideia constitui-se em realizar algumas incursões etnográficas construídas a partir de fragmentos de histórias e lembranças narradas por jovens trans paraibanos a respeito de suas vivências e experimentações de gênero, principalmente durante o período de suas infâncias. O foco de análise gira em torno das situações de tensão que se formam em suas relações familiares e sociais, mas também, das condições provocativas e transformadoras que se instauraram em suas vidas diante de suas condições transgressoras e fronteiriças do gênero. **Palavras-chave:** infância, juventude, gênero, transexualidade

Abstract: The text deals with gender variations during the period of childhood and is part of postdoctoral research (2013/2015) conducted in the Graduate Program in Anthropology of the Federal University of Paraíba (PPGA / UFPB). The proposal of this article is to outline some initial considerations illustrated by the history of the Maria / Pedro, then, to hold a debate about the current pathologization of behaviors based on gender identifications deviant from biological sex. The idea is to make some ethnographic incursions built from fragments of stories and memories narrated by transparaiban young people about their experiences and gender experiences, especially during the period of their childhoods. The focus of analysis revolves around the situations of tension that are formed in their family and social relations, but also, the provocative and transforming conditions that have been established in their lives before their transgressive and borderline gender conditions.

Keywords: childhood, youth, genre, transsexuality.

“Mãe, você vai se acostumar. Do mesmo jeito que você se acostumou comigo assim, você vai se acostumar comigo de outro jeito”. Essa é a Maria, ou o Pedro, eu ainda não sei, talvez ela saiba mais do que eu sobre isso. Há sete anos, quando tive a descoberta inesperada de minha gravidez, tinha uma certeza, daquelas que só quem está ou já esteve grávida entende: eu estava grávida de um menino. Porém, o progresso frustrante da medicina rapidamente me tirou a ilusão da certeza materna e me colocou na natural realidade do sexo genital: é uma menina, afirmou assertivamente a médica obstetra para meu total estranhamento. Esse mesmo estranhamento

permaneceu durante toda a gestação da Maria¹. Fiz questão do quarto do bebê não ser rosa, justificado pelo pensamento persecutório de não querer ter uma “menina fresca demais”. Ideia que me provocava terror e era motivos de piadas entre os que me eram próximos. Com a realidade de seu nascimento, reconfigurei meus desejos e comecei a ter a certeza materna, tão egoísta quanto o desejo inicial do menino em meu ventre: ser mãe de uma menina é muito melhor do que ser mãe de um menino porque elas são mais calmas e companheiras. Uma certeza machista reforçada culturalmente e cotidianamente nas relações sociais que eu ia estabelecendo. Menina ou menino? O quanto a aparente obviedade do sexo determina nossos desejos, comportamentos e expectativas sociais? Quando comecei a me interessar por estudos sobre as questões de identidades de gênero nem pensava em ser mãe. A maternagem veio entre o mestrado e o doutorado, bem no meio, intermediando minha realidade e quebrando minhas certezas. Pedro surgiu em nossas vidas logo no início da idade escolar de Maria. Ela tinha três anos e começava aí a se relacionar de fato com um número bem maior de crianças em um ambiente muito mais propício à socialização secundária e às identificações de gênero. Um dia, escutei dela uma pergunta: “Mãe, por que eu não sou um menino?”. Com uma surpresa desconcertante elaborei uma explicação religiosa ligada aos desejos de Deus que nem a Maria, nem eu mesma, acreditamos nela. Dias e meses se passaram e comecei a achar graça na curiosidade infantil que persistia em minha filha, mas que logo parecia se transformar em angústia (dela, e conseqüentemente, minha). E Maria continuava a insistir: “Mãe, quando eu vou virar menino?”; “Mãe, ser menina é muito chato, elas são bobas, eu não quero ser boba”; “Mãe, por que Deus fez isso comigo?”; “Mãe, eu vou ter pitoca?” “Mãe, queria poder fazer xixi em pé feito os meninos”; “Mãe, eu quero ser menino!”; “Mãe, me chama de Pedro?”. Comecei a achar que aquilo estava passando dos limites da normalidade biológica. Mas olha só! Parece que nesse momento havia esquecido tudo que li, estudei e escrevi antes, durante e depois de me tornar mãe. A maternidade inexperiente não me dava tempo para ser psicóloga e antropóloga vinte e quatro horas por dia – os estudos da psicologia social na graduação, as pesquisas realizadas no mestrado em antropologia sobre identidade masculina e transgressão juvenil, as pesquisas de doutoramento em antropologia sobre as questões de gênero, o feminismo e as mulheres que criam outras formas de se constituírem enquanto mulheres fora dos padrões sociais patriarcais e sexistas – continuavam ocorrendo sem possíveis conexões com a minha vida pessoal, muito menos com a minha maternagem e com as questões trazidas pela Maria, ou pelo Pedro. Achava, torcia e desejava (da forma egocêntrica característica de ser de minha maternagem até aquele momento) que isso era uma fase infantil de descobertas identitárias; que Pedro ia morrer com o tempo e que logo tudo isso iria passar. Aos quatro anos de idade, Pedro continuava mais vivo do que nunca e colocar um vestido ou uma saia em Maria era algo muito semelhante a uma tortura física e psicológica (para ela e para mim que a via sofrer). Ativada no modo cegueira velocidade cem, insistia em vesti-la como uma menina. Era preciso provar para mim, para a Maria, para o Pedro e para todos os outros de que estava tudo bem. O vesti-la era uma violência cotidiana e ineficientemente desafiadora. Cenas de gritos, correrias, castigos e choros se espalhavam pela casa todos os dias. Maria, aos cinco anos de idade, havia se tornado uma criança agressiva, tímida, retraída e sem amigos. Eu, uma mãe perdida em meio a frustrações, medos e culpas. A culpa recaía no possível pai ausente, na escola ineficaz e na mãe de primeira viagem. A ideia

¹ Nome fictício.

pedagógica de inserí-la numa feminina atividade de balé em seu dia a dia escolar parecia se encaixar como uma luva no “problema” ainda tão incompreendido. Assim o fiz. Em vão. Pedro se recusara a permanecer na sala de aulas de balé. Aos cinco anos, as bonecas de Maria permaneciam no mesmo lugar, nas suas caixas, intocadas, na prateleira mais alta do quarto, esquecidas, ignoradas... Tal qual minha maternagem desesperada que não sabia mais como atuar. Em seu guarda roupa, as calcinhas e dois vestidos de festa eram as peças que restavam da feminilidade forçada. Calças compridas, bermudas até os joelhos e camisas de manga dominavam o seu *look* infantil misturado a carrinhos, bolas, bonecos, skates, pranchas de surf e videogames. As fantasias adquiriram nessa fase um momento de destaque, todas consideradas socialmente masculinas: bruxos, bonecos, super-heróis e personagens masculinos de filmes e desenhos animados. E assim, Pedro surgia cada vez mais na fantasia e na realidade de nossas vidas. Não sem angústias e questionamentos. Com sete anos de idade, o assumir ser mãe da Maria que é Pedro, constitui-se em um exercício diário: vê-la andar de uma forma mais masculina, sem corrigir; escutar seus desejos e sonhos de se casar com a “pequena sereia”², sem recriminar; ajudá-la a convencer a professora de que irá dançar fantasiada de matuto (e não de matuta) na dança da festa de São João da escolinha, sem esmorecer; concretizar seu desejo de cortar o cabelo mais curto, sem censurar; entrar na sessão infantil masculina das lojas (com ela) para comprar suas roupas, sem reclamar; deixá-la responder quando questionada na rua (diante de seu aspecto físico e comportamentos diferenciados) se era um menino ou uma menina, sem me entristecer; enfrentar os questionamentos sociais, sem me culpar. Corrigir, recriminar, esmorecer, censurar, reclamar, entristecer e culpar: ações que têm se minimizado com as vivências e os movimentos mais intensos de aceitação. Contudo, o sofrimento egoísta binário e heteronormativo ainda permanecem, em muitos momentos, palavras e sentimentos. Seu dissolvimento tem sido lento, mas, porém, progressivo. O que está em processo de mudança é a perspectiva da não-violência; do não subjugar; do não impor; do não forçar; do respeitar a Maria, do respeitar o Pedro, para que eles possam ser um deles ou (por que não?), os dois.

(escrito em junho de 2013).

A história acima é real e trata-se de um relato em tom de desabafo escrito no ano de 2013³ a respeito da minha descoberta pessoal enquanto mãe de uma criança *trans*⁴. A partir do momento da escrita desse pequeno texto da Maria/Pedro, decidi começar a estudar mais intensamente sobre variações e transgressões de gênero, especificamente no período da infância. A partir de então e, com minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB) no mesmo ano, o interesse por este campo de pesquisa se adicionou a outros estudos já realizados sobre e com políticas de gênero e identidades sexuais juvenis no referido programa de pós-graduação.

A ideia de meu estudo, que aqui se delineia em suas primeiras considerações teóricas e de campo, é poder contribuir para o aprofundamento das discussões já

² Personagem de desenho infantil.

³ Este artigo se constitui em um dos primeiros escritos de minha pesquisa de pós-doutorado (2013-2015), intitulada: “Memórias de uma Infância *Trans*: um estudo sobre lembranças e sentimentos infantis entre jovens transexuais paraibanos”.

⁴ Em todo o momento deste texto que utilizar o termo “*trans*” (em itálico) estarei me referindo a pessoas transexuais.

realizadas sobre e com o público LGBT, mas agora, com foco na temática de “crianças transexuais” ou de “crianças variantes de gênero”⁵. Discussão que se encontra em fase embrionária nos espaços acadêmicos e políticos de nosso país e que se apresenta fundamental no contexto ainda crescente de incompreensões familiares, discriminações sociais e atuações psicopedagógicas, em sua grande maioria, ineficazes e patologizantes.

Dessa forma, a proposta deste artigo, é delinear algumas considerações iniciais ilustradas pela história da Maria/Pedro, para então, realizar um debate a respeito da atual patologização dos comportamentos baseados em identificações de gênero desviantes do sexo biológico. A ideia constitui-se em realizar algumas incursões analíticas construídas a partir de fragmentos de histórias e lembranças narradas por jovens transexuais paraibanos a respeito de suas vivências e experimentações de gênero desviantes de seus sexos biológicos, principalmente durante o período de suas infâncias. O foco de análise gira em torno das situações de tensão que se formam em torno de suas relações familiares e sociais, mas também, das condições provocativas e transformadoras que se instauraram em suas vidas diante de suas condições transgressoras e fronteiriças do gênero.

Para efeito de compreensão metodológica deste estudo, conheci e travei diálogos com cinco jovens transexuais. Todos residentes na cidade de João Pessoa/PB. São eles: duas mulheres *trans*: Gabrielle de Lioncourt⁶ – 23 anos e Cinthia⁷ – 34 anos⁸; e três homens *trans*: Bernardo⁹ – 21 anos; Zé¹⁰ – 24 anos e Henrique¹¹ – 25 anos). Os contatos se iniciaram por meio de um primeiro interlocutor, o Zé, que indicou a Gabrielle de Lioncourt, o Bernardo e o Henrique. A Cinthia foi uma indicação da Gabrielle de Lioncourt. Nossos encontros, com exceção do Bernardo, que acabou se tornando um interlocutor bem próximo e constante foram mais pontuais (sendo um ou dois momentos presenciais no formato de uma conversa sem questões pré-definidas e alguns bate papos por mensagem de celular e *chats* em redes sociais, uns com mais frequência e outros mais pontuais). Já com o Bernardo, houve diferentes contatos tanto em sua residência quanto na minha, além de diversas mensagens trocadas constantemente via rede social. Eu e o Bernardo temos estabelecido laços de proximidade e cuidado mútuo. Nos encontros, acabamos por conhecer amigos e familiares um do outro. Para este artigo, especificamente, utilizarei relatos de apenas três interlocutores: a Cinthia, o Bernardo e o Zé.

⁵ O uso deste dois diferentes termos “crianças transexuais” e “crianças variantes de gênero” se dá pelas reflexões que tenho realizado durante meus estudos e as ideias que tenho elaborado a respeito desta fase da vida e de suas vivências de gênero. Baseio-me na compreensão de que as crianças, de forma geral, passam por adaptações e variações de gênero, algumas com mais intensidade do que outras e algumas mais perceptíveis do que outras. A proposta é que se possa, futuramente, ampliar o estudo incluindo jovens que tenham tido vivências de variações de gênero durante a infância, mas que não se afirmem transexuais quando adultos.

⁶ Nome fictício sugerido pela própria interlocutora afirmando gostar dos personagens da escritora norte-americana Anne Rice.

⁷ Nome fictício sugerido pela interlocutora Gabrielle de Lioncourt, afirmando que ela, sua amiga Cinthia, gosta desse nome.

⁸ Cinthia apresenta uma idade mais velha do que os outros interlocutores e interlocutoras, mas tal fato só foi descoberto no momento de nosso encontro presencial e, achei por bem, não descartá-la das análises visto sua memória de infância e juventude parecerem ainda bem nítida em seus relatos.

⁹ Nome fictício sugerido pelo próprio interlocutor, afirmando que este era o nome que se dava secretamente quando era criança.

¹⁰ Nome fictício sugerido pelo próprio interlocutor. Não deu justificativas para o nome.

¹¹ Nome fictício sugerido pelo próprio interlocutor, justificando que tal nome teria sua energia.

A estratégia inicial de aproximação com o campo de pesquisa acabou por se definir a partir da minha vivência pessoal como mãe de uma criança *trans*, visto tal história ser de bastante interesse para os interlocutores que acabavam, na maioria das vezes, confessando que só toparam se encontrar e conversar comigo por causa da curiosidade a respeito de minha criança, da minha condução educacional para com ela e das repercussões sociais que o caso tem tomado ao longo de seu desenvolvimento. Dessa forma, utilizar-me de tal estratégia tem me exigido contar a história da Maria/Pedro por diversas vezes, sendo uma tática de campo que, ao mesmo tempo em que aproxima e seduz meus possíveis interlocutores, provoca também questionamentos e inquietações recíprocas, visto que cada interlocutor sente a necessidade, a partir de uma perspectiva que percebo semelhante à de ajuda, de dar sugestões de possíveis conduções educacionais que eu deveria adotar. Assim sendo, tais relações de proximidade do campo de pesquisa com minha maternagem e da minha maternagem com o campo têm provocado reflexões pessoais que ultrapassam os limites da pesquisa em si e que acabam por se tornarem desafiadoras tanto no que se refere ao fazer etnográfico, como antropóloga, (diante das idas e vindas necessárias no intuito de transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar), quanto na minha atuação como mãe de uma criança variante de gênero (com meus receios, dúvidas e possíveis sentimentos de culpa ainda latentes).

1.1 Ser *trans*: entre estéticas, técnicas e estratégias

Em termos estéticos, subjetivos e políticos, ser *trans* é aquele que transita entre o ser masculino e o ser feminino, posição fora dos padrões da chamada “família tradicional”. É um estar no mundo que parece, à primeira vista, não se enquadrar nos padrões fixos do binômio “sexo & gênero” e que fundamenta sua compreensão no fato de uma pessoa sentir-se pertencente ao gênero oposto de seu sexo biológico, ou mesmo, de sentir-se pertencente a ambos os gêneros, ou ainda, a nenhum dos dois, incluindo nessa definição: transexuais, travestis e intersexuais.

Em termos técnicos da medicina atual, o ser transexual apresenta-se pelo fato de uma pessoa possuir o que se denomina de “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG)¹². Nesse contexto, as pessoas *trans* seriam aqueles que estão se preparando para fazer a cirurgia de transgenitalização¹³, os operados e os que não se operaram, mas que sentem que nasceram no sexo físico errado.

¹² Termo estabelecido pelo CID 10 – Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde e pelo DSM-IV – Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Americana de Psiquiatria.

¹³ Dentre os procedimentos cirúrgicos mais comuns entre pessoas *trans* está a cirurgia de transgenitalização (também chamada de cirurgia de redesignação de gênero, ou cirurgia de mudança de sexo). Este é um procedimento cirúrgico em que se altera a anatomia sexual de uma pessoa para que esta se pareça com o corpo correspondente à sua identidade de gênero. Para um homem *trans*, ou seja, alguém que nasceu com a anatomia biológica feminina, mas que identifica-se com o gênero masculino, é possível realizar os procedimentos cirúrgicos da mastectomia (remoção dos seios) e da histerectomia (remoção de útero e ovários), além da colocação da prótese peniana. Muitos renunciam à cirurgia dos genitais, principalmente por causa dos altos custos, mas também, diante da insatisfação com os resultados. Já para a mulher *trans*, ou seja, alguém que nasceu com a anatomia biológica masculina, mas que identifica-se com o gênero feminino, é possível realizar diversos procedimentos cirúrgicos desde os mais simples que consistem na colocação de próteses de seios, até os mais complexos, que realizam a conversão do pênis e do tecido escrotal em genitália feminina. Muitas delas também se submetem a procedimentos adicionais, incluindo: eletrólise para remover pêlos faciais e corporais; lipoaspiração e diversos tipos de cirurgias plásticas.

Durante a transição de gênero¹⁴, que ocorre ou se torna mais visível, em sua maioria e com mais frequência e evidência no período da juventude ou no início da adultez, é muito comum que as pessoas *trans* expressem sua identidade de gênero: seja através de roupas, acessórios e comportamentos; seja se referindo a si mesmos no masculino e/ou no feminino (dependendo de suas identificações), pedindo que as chamem com um nome diferente do seu de nascimento (nomes sociais); seja pelas modificações corporais ocasionadas pela terapia hormonal¹⁵ e/ou pela realização da cirurgia de transgenitalização; dentre outros comportamentos e procedimentos que, de alguma forma, apontem para algum tipo de busca pessoal e/ou pública de um gênero que difira de seu sexo biológico.

Porém, a transição física, no corpo adulto, com seus caracteres secundários já desenvolvidos, não demonstra ser uma tarefa fácil, e nem todas as pessoas conseguem modificar-se satisfatoriamente, visto os altos custos de alguns dos procedimentos cirúrgicos e de certas terapias hormonais que, geralmente, não são cobertos por planos de saúde. O acesso aos serviços públicos para esse tipo de procedimento ainda é bastante restrito, sendo necessário passar por um longo aparato médico-clínico-diagnóstico performatizado por discursos que vão muito além do falar e do se comportar como *trans*, sendo preciso provar que se é *trans*, assumindo o modelo biomédico regulador que, ao mesmo tempo em que patologiza a questão no quadro atual de doenças mentais, proporciona reconhecimento legal e social das identidades de gênero desviantes da norma social vigente.

O relato a seguir é de Zé. Ele é um jovem *trans* estudante universitário, casado com uma jovem também universitária. Zé trabalha num bar e alega que no seu dia a dia ninguém o questiona de sua condição *trans*, até porque ela se mostra imperceptível¹⁶. Na sua turma de graduação ninguém sabe que ele é *trans*, e, segundo o próprio Zé, isto é bem cômodo para ele. O jovem alega que foi o primeiro transexual a ter o nome social incluído no sistema da Universidade onde estuda e, em seu discurso aponta as várias estratégias e alternativas que realiza para driblar os longos e cansativos caminhos médicos que geralmente se precisa percorrer para ter acesso a tratamentos hormonais e procedimentos cirúrgicos:

“A única que é fácil de fazer aqui no Brasil é a mastectomia, mas pelo SUS é horrível de você conseguir porque você tem que passar dois anos em tratamento psicológico e psiquiátrico. E se você falar, por exemplo, como eu falei, que eu tinha problemas para apresentar trabalho na escola porque eu tinha vergonha, o médico vai querer fazer um tratamento com você como se você fosse um transtornado. Aí eu parei de ir pra essas coisas. O único que eu vou atualmente é o ginecologista que é o mais mente aberta de todos que eu conheço, é o Dr. Eduardo, eu só marco consulta pra ele. Eu não vou no fonoaudiólogo porque minha voz já mudou. Pra que eu vou? Ele vai ficar fazendo um bocado de pergunta idiota pra mim. Eu não vou no endócrino, porque ele vai me passar o mesmo hormônio que eu já tomo, ou então vai querer fazer experiências comigo de mudar hormônio, porque o tal do médico não pode ver a gente que acha que a gente é rato de laboratório. Eu

¹⁴ A transição de gênero é compreendida como o período durante o qual as pessoas *trans* começam a mudar suas aparências e corpos para coincidir com a sua identidade de gênero.

¹⁵ A terapia hormonal em pessoas *trans* constitui-se na administração ou de estrogênio ou de testosterona para desenvolver as características sexuais secundárias associadas à sua identidade de gênero.

¹⁶ O ser homem *trans*, segundo os jovens contactados, apresenta-se muito mais fácil de não ser notado e passar desapercibido (passabilidade), se comparado com a condição *trans* feminina, em que as jovens acabam ficando bem mais expostas, na maioria das vezes, às situações de reconhecimento visual de sua condição.

ia no psicólogo quando era no centro de referência, o psicólogo de lá é ótimo. Aí eu percebi que, tipo, eu não precisava estar lá toda semana porque, às vezes, a minha semana estava boa e eu não tinha nada pra conversar com ele, não tinha nenhum problema pra falar. Não é porque eu sou trans que eu preciso ficar falando de mim no psicólogo o tempo todo. Se eu for seguir o que eles (os médicos) querem mesmo, eu vou passar dois anos só pra tentar fazer uma cirurgia, tendo que ir a cada 15 dias no fono, no ginecologista, no endócrino e no psiquiatra e a cada semana na psicóloga. Num trabalho, num estudo, não faço mais nada, não é?! Eu descobri um remédio que eu acho que ainda não tem no Brasil ainda, ele tanto serve pra fazer crescer o tecido muscular do pênis quanto pra secar as mamas, eu já vi depoimentos de uns caras que tem ginecomastia e que usam isso pra fazer secar as mamas. No meu caso, por exemplo, o meu peito não desenvolveu mamilo, ele é bem pequeno, daí, se eu fosse fazer a cirurgia, não seria uma mastectomia, seria uma ginecomastia, seria apenas cortar a auréola, tirar a glândula e costurar, só (...). Tem outros caras trans que eu conheço que, ou por praticar esportes, ou por ter a testosterona alta, não desenvolveram muito o corpo feminino e depois começaram a tomar hormônio, fazer academia, e conseguiram esse remédio e não precisaram fazer a cirurgia” (Zé, João Pessoa, 10/03/2014).

A fala de Zé destaca as diversas tentativas iniciais do jovem em suas incursões médicas e gira em torno do receio de ser tratado como um doente mental, dos incômodos de possíveis diagnósticos nesse sentido, das invasivas experimentações profissionais que já sofreu e da longa e cansativa circulação por várias especialidades clínicas. Como alternativa para este cotidiano de idas e vindas médicas, ele destaca novas possibilidades de mudança corporal através de remédios ainda desconhecidos, de exercícios físicos e da esperança alimentada por relatos de sucesso de outros jovens *trans* que não passaram por procedimentos cirúrgicos e que conquistaram um aspecto corporal considerado socialmente masculino.

Outra fala que segue no sentido de defender uma mudança corporal menos invasiva e arriscada, é a de Cinthia. Ela é uma jovem mulher *trans* que, atualmente, está ligada ao movimento LGBT e trabalha em um espaço de cunho terapêutico e político voltado para este público, tendo como uma das principais metas o enfrentamento à homofobia no estado da Paraíba. A jovem possui uma história de vida construída a partir de vivências violentas e de sofrimentos provocados por atos de preconceito, bem como, de entradas, ainda adolescente, na prostituição. Diante de sua condição *trans* e de seus vínculos trabalhistas atuais, Cinthia apresenta um discurso politizado e engajado, mas que também, deixa por transparecer sua história construída em meio ao sofrimento provocado pelas relações familiares e sociais que foi estabelecendo ao longo de sua vida. Especificamente, a respeito das incursões aos espaços médicos e das tentativas de mudança corporal e afirmação de gênero, a interlocutora relata:

“Não fiz nenhum procedimento cirúrgico, nem pretendo, só tenho vontade de colocar silicone nos seios. Quanto a todo o resto tenho receio por causa dos relatos que ouvi de outras trans dizendo que não conseguem mais ter prazer depois do procedimento de mudança de sexo. Eu sou uma pessoa que tenho uma vida sexual muito ativa, eu gosto de transar. Eu tenho seios que cresceram com hormônio. O que importa é minha identidade de gênero, independente do meu corpo e dos meus atos sexuais. O fato de eu ter um peito menor do que a outra não significa que eu não sou mulher, eu me sinto, eu me vejo, eu penso e eu ajo como mulher. Essa é a minha identidade. Eu nasci homem e me tornei mulher. Eu sou um sujeito de direitos e deveres como qualquer outro. Quando eu vou pagar meus impostos, ninguém me pergunta se eu sou homem ou se eu sou mulher e vou ter que pagar mesmo

assim. Então, por que quê quando eu vou em busca de um serviço de saúde e busco por um bom atendimento, eu sou desqualificada, desrespeitada e tratada como uma louca transtornada? É por conta desse tipo de postura que muitos trans vão se ausentando dos serviços de saúde. Isso cansa! Eu não vou querer toda hora bater numa porta e quando ela abrir encontrar uma pessoa que me humilhe, um profissional que direta ou indiretamente vai me diminuir” (Cinthia, João Pessoa, 14/07/2014).

Tal diagnóstico clínico que o Zé e a Cinthia descreve e reclamam (o TIG), apresenta-se bem controverso nos dias atuais, visto que, a maioria das pessoas *trans* e alguns profissionais de saúde que lidam com a questão, acreditam que ser *trans* não se caracteriza como um transtorno mental. Contudo, o atual diagnóstico, apesar de patologizante, tem sido bastante procurado e utilizado pela população que se autodefine *trans* na busca do acesso a direitos relacionados, principalmente, aos procedimentos clínicos e jurídicos. Tal diagnóstico parece ser compreendido por estes/estas como a via mais rápida (e uma das únicas) para se ter acesso aos serviços jurídicos (principalmente os procedimentos de mudança de documentos) e aos serviços de saúde (fundamentalmente os atendimentos clínicos para prescrição de hormônios e os procedimentos cirúrgicos de modificação corporal).

Ser tratado como um doente, apesar do incômodo e da raiva que pode provocar em algumas pessoas *trans*, como vemos nas falas do Zé e da Cinthia, pode ser utilizado também como uma forma de convencimento social de que essas pessoas não teriam a culpa da sua condição desviante de gênero. E, assim, as possibilidades de aceitação social e familiar apresentam-se muito próximas com o diagnóstico clínico de TIG em mãos, visto que, ao mesmo tempo em que ele patologiza o sujeito e sua condição *trans*, tira deste a responsabilidade de sua identidade de gênero desviante de seu sexo biológico, passando de um sujeito recriminado socialmente para um doente que precisa de compreensão e cuidado. Essa aparente mudança de olhar e tratamento social traz alguns benefícios iniciais, mas também, se caracteriza em uma enrascada ideológica, visto que, aceitar a condição de doente acaba por se reafirmar em uma condição de patologia e anormalidade, reposicionando assim, estereótipos sociais estigmatizantes contra si mesmo.

A respeito de tal questão patologizante, a socióloga Berenice Bento (2006), explica que: “a posição presente nos documentos oficiais de que os/as transexuais são ‘transtornados’ é uma ficção e desconstruí-la significa dar voz aos sujeitos que vivem a experiência e que, em última instância, foram os grandes silenciados” (2006: 26). Em sua tese, Bento, defende a “despatologização da experiência transexual”, destacando, de forma contundente, que tal experiência não se caracteriza como uma problemática patológica e que esta deveria ser compreendida sob o paradigma das questões de gênero e de suas práticas performáticas cotidianas.

A partir dessa compreensão instigada pelas considerações de Bento, mas também, apoiada sob a ótica do movimento LGBT e dos estudos acadêmicos de gênero frequentemente realizados pelas ciências humanas e sociais, é possível falarmos da questão *trans* como direito humano de liberdade e autonomia, na qual se é defendido que a pessoa *trans* possui total consciência de si e que deveria necessitar apenas de seu autoconsentimento para a realização de procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos relacionados à sua condição, se assim desejar. Os serviços jurídicos e de saúde, por sua vez, nesse contexto, se adequariam na intenção de possibilitar o acesso da população *trans* a seus direitos, sem ter que passar pelo crivo estigmatizante da doença mental.

Para além das questões de saúde e de direitos aqui pontuados, é necessário destacar que cada pessoa *trans* possui um contexto individual diferente e cada um pode

desejar realizar uma ou outra etapa da transição física, ou realizar todas as etapas possíveis, ou mesmo nenhuma. Ainda haverá aquelas/es que não desejam realizar transformações corporais mais intensas, mas que, apenas desejam serem reconhecidos e respeitados em suas diferenças de gênero.

Portanto, apesar da necessidade social de se tentar padronizar uma forma de ser *trans*, tal como fazemos há séculos com os nossos já padronizados estereótipos sociais binários baseados no ser masculino ou no ser feminino, a realidade mostra que as pessoas *trans* apresentam uma pluralidade de trajetórias de vida, autodescobertas, orientações sexuais, formas de se relacionar com o próprio corpo e com suas crenças, que faz com que elas não passem a ser *trans* apenas quando realizam cirurgias, ou quando tomam hormônios, ou mesmo, quando usam roupas tidas específicas de um determinado gênero oposto ao seu sexo biológico. O ser transexual como vimos nas questões até aqui pontuadas, e nos discursos destacados do Zé e da Cinthia, envolve auto-identificações subjetivas que vão para além de definições fixas e de procedimentos clínico-cirúrgicos.

1.2 O lugar da fronteira

Importante destacar que a transição de gênero em si, não necessariamente tem um fim, e que, muitas vezes, o estar na fronteira é também uma possibilidade de se estar em uma situação de subversão (revolucionária, talvez), tendo na mobilidade e na fluidez da transição do gênero e da sexualidade, uma passagem em que o percurso pode ser bem mais produtivo e vital, para aquele que transita, do que a sua chegada em si, a um suposto ponto final (compreendido como a transição completa de um gênero para o outro).

A respeito dessas questões fronteiriças da experiência *trans*, a educadora Guacira Lopes Louro (2013) disserta que os atuais contornos do gênero e da sexualidade vêm sendo constantemente atravessados e o lugar social em que alguns desses sujeitos vivem é exatamente na ambigüidade da fronteira. Na fronteira, esses sujeitos se encontram, lá é possível o cruzamento, a transgressão e o confronto. “Quem subverte e desafia a fronteira apela, por vezes, para o exagero e para a ironia, a fim de tornar evidente a arbitrariedade das divisões, dos limites e das separações.” (2013: 20). Assim sendo, o que se percebe é que esses sujeitos que surgem subvertendo as normas da sexualidade e do gênero ainda atuais, encontram-se num lugar que pode ser encarado como “privilegiado” de novos arranjos e práticas que poderá lhes permitir ver, serem vistos, bem como, incitarem outros a ver.

O aparente e inicial jeito “ambíguo”, “andrógino” e/ou “excêntrico” de ser ou de se estar *trans*, surge, então, não só como possibilidade de estranheza, mas também, de deboche, contestação e possibilidade de incitação à reflexão social. O sujeito transgressor se coloca numa diferença que não quer mais simplesmente ser assimilada ou tolerada, mas sim, transgredir, perturbar e incomodar, nem que seja a si mesmo e aos que lhe são próximos.

Quando conheci o jovem Bernardo, ele me mostrou bem de perto essa fronteira *trans* que, ao mesmo tempo em que parecia incomodá-lo, gerava em si e nos outros estranhamentos bastante provocativos. Bernardo morava com uma amiga no centro de João Pessoa e em nosso primeiro encontro, fui a sua casa com a intenção de conhecê-lo. Já tínhamos conversado via rede social (*facebook*) e ele se dizia bastante curioso com a história da Maria/Pedro. Ao chegar a sua residência, Bernardo fez questão de tirar a blusa e a faixa que usava para disfarçar os seios que ainda possuía. Falou do quanto era incômodo ainda tê-los e do seu desejo de realizar a mastectomia. Perguntou se eu me incomodava em conversar com ele sem blusa, alegando que gostava de se sentir à

vontade, pelo menos em casa, sem tantos apertos provocados pelas suas tentativas de esconder os seios no espaço da rua. Confesso que ter aquele jovem na minha frente com cara e voz de homem, além de comportamentos e roupas consideradas socialmente masculinas, mas, com seios que pareciam muito semelhantes aos meus em tamanho e formato, foi desafiador. E, apesar de meu visível estranhamento, conversar com Bernardo nessa situação visual de sua exposição corporal, foi uma experiência provocadora de intensas reflexões em que a sensação de ambiguidade física e de uma definição identitária masculina, o colocava numa situação fronteira que, ao mesmo tempo, que lhe provocava repúdio por ainda possuir os seios, falava especificamente de sua história de vida intensamente pautada no viver na fronteira entre o ser mulher e o ser homem e dos incômodos que isso provocava nele e nos outros. Na intenção de ilustrar tal questão, trago alguns fragmentos da fala de Bernardo que segue nesse sentido fronteiro de estranhamento pessoal e social:

“A época mais punk. Quando veio acontecer a primeira miséria da minha vida que foi a ‘*monstruação*’. Cara, eu já tinha quatorze anos, eu lembro que eu pedia muito, eu rezava muito e eu pedia a Deus pra que não viesse a menstruação, eu acho que eu era muito inocente também. Ai pronto, com quatorze anos aconteceu, foi essa fase que foi a fase mais punk da minha vida, que foi aí que eu comecei a ficar depressivo, fui pro psicólogo, fui pro psiquiatra, aí depois de um tempo comecei a tomar antidepressivo, tomei por muito tempo lexotan, eu vegetava. Eu ia pra escola, era um tédio, eu fiquei muito depressivo. (...) Eu morava nessa época numa cidadezinha no interior da Paraíba e depois de um tempo eu comecei a sentir que eu precisava ir embora, porque eu já estava com dezesseis anos e não aguentava mais ser chamado de sapatão. As mães não deixavam mais as filhas andarem comigo, ninguém podia andar comigo, além de tudo, com essa idade eu comecei a fumar maconha, e lá não existe isso de maconha, um baseado lá é a mesma coisa que dizer que é uma pedra de craque, eles acham logo que você é bandido. Aí eu viajava às vezes, porque eu fazia teatro, eu fiz um curso de teatro aqui em João Pessoa, vinha pra cá e aí nessas ondas eu conheci a maconha, e quando eu ia pra lá levava e fumava lá, e aí fodeu, aí eu era “a sapatão maconheira” (risos). Pra piorar, eu só andava de calça larga, camiseta, boné e tal... Aí fodeu, pra eles (os moradores de lá) era o fim, só que isso, eu não aguentava mais. Teve uma vez que uma senhora que botava as cadeiras na calçada pra ficar vendo a vida do povo na rua, ela jogou uma pedra em mim e me chamou de sapatão, uma pedra mesmo e eu me virei com muito ódio, nessa fase sim eu estava revoltadíssimo, beleza que eu tinha começado a fumar maconha e tal, mas eu estava no meu momento de revolta, aí eu me virei pra ela e joguei a pedra de volta, só que não bateu nela, mas a pedrada que ela deu bateu em mim de várias formas” (Bernardo, João Pessoa, 26/05/2014).

Na história aqui contada pelo Bernardo temos um contexto de conflitos corporais narrados inicialmente pelo surgimento da sua menarca e do seu se dar conta de que suas características físicas femininas tão temidas por ele durante a infância estavam mais aparentes e acabavam por expô-lo de forma mais intensa a seus conflitos pessoais ligados à sua identidade de gênero masculina divergente de seu sexo biológico feminino. O menstruar o leva à depressão e, em seguida, à revolta marcada pela busca de fugas de sua condição feminina (fugas representadas pela performance propiciada pelas aulas de teatro em que podia encenar com mais liberdade papéis masculinos, além do uso recreativo da maconha localizada numa cidade pequena do interior do estado pautada na criminalização de seus usuários). Conflitos e buscas que o levam a momentos de tensões sociais provocados pela sua condição andrógina incompreendida,

ilustrados na história da senhora que o apedreja ao passar na rua, chamando-o de sapatão. O transitar de Bernardo entre o feminino e o masculino causa a repulsa dele sobre si mesmo e dos outros sobre o que ele representa: a fronteira, a ambiguidade, a não clareza de sua condição masculina, o diferente que incomoda constituído pelo corpo andrógino de Bernardo e por suas escolhas masculinas comportamentais e identitárias.

E assim, retomo ao meu encontro com os seios de Bernardo. Eles escancaravam naquele momento sua condição fronteira, me colocando no lugar do outro que estranha e que repulsa, mas que, ao mesmo tempo, se identifica nas diferenças e semelhanças presentes naquele encontro. Talvez, num primeiro momento, eu fosse aquela senhora que apedrejou o Bernardo ao vê-lo transitar na rua, ao vê-lo transitar entre as aparências fronteiriças dos gêneros masculino e feminino. Seus seios eram mais que partes corporais rejeitadas e indesejadas por ele, eles escancaravam aquilo que, muitas vezes, não queremos ver: a condição de subversão e os questionamentos dos padrões sociais, que acaba por nos fazer questionar a nós mesmos em nossa condição de enquadramento binário e estereotipado de gênero, onde o ser masculino e o ser feminino são, na maioria das vezes, construídos socialmente a partir de padrões irreais de fixidez e hierarquia.

Importante observar que a questão subjetiva da fronteira até então aqui destacada ganha uma dimensão física diante da demanda da população *trans* por alterações corporais que subvertem o padrão vigente de sexo–gênero–sexualidade, mas também, e principalmente, adquire dimensões simbólicas erguidas a partir de dois pontos principais elencados a seguir: i) a auto-narrativa do corpo em busca de alterações anatômicas e/ou subjetivas performatiza possibilidades de luta pela identidade alterada, que não é (ou não era) a sua, onde o ser *trans* surge nos espaços discursivos e vivenciais como uma experiência de luta pelo direito de ser quem se é; ii) as representações sociais incididas no corpo transgressor ao longo de sua transição e de sua interação com outros corpos nas fronteiras subversivas do ser *trans*, mas também fora delas, ocorre no centro normatizador da sociedade, lócus principal de vivências em que os sujeitos habitam suas experiências cotidianas, pois que, não se é *trans* sem a presença do outro que não o é. O diferente, então, acaba por estar com e no outro que me mostra (eu sendo *trans*) que não somos iguais. E é nessa diferença percebida pela circulação (não linear) fronteira–centro–fronteira que será possível a construção de novas identidades ressignificadas no universo de pluralidades existentes (incluindo aqui a binaridade normativa do gênero como realidade em si que faz existir a condição de subversão do ser *trans*).

Todavia, por mais que a condição de tensão da transição *trans*, ilustrada na história narrada pelo Bernardo, possa simbolizar uma subversão diante do fato de se estar numa fronteira física e identitária, também é preciso questionar, por outro lado, se essa subversão não demonstra ir, no fim das contas, em busca de um papel binário e padronizado de gênero encaixado na velha busca cultural do padrão masculino ou feminino. E, por mais subversivo que se seja ou se esteja, a busca final do ser *trans* (em transição) parece seguir, muito mais em direção a esse ajuste e enquadramento social binário. Ajuste de um corpo fissurado por auto-narrativas identitárias e representações sociais que discursam em busca (ora veja) de papéis binários de gênero pautados por histórias de vida que, em sua maioria, surgem no nascer de um sexo biológico e se identificar com o outro oposto ao seu. E, assim, nos parece que fugir dessa lógica e busca binária não demonstra ser tarefa das mais fáceis, nem mesmo para os ditos subversivos do gênero.

1.3 Descobertas, identificações e vivências infantis de gênero

Se na vida adolescente e adulta, o ser trans e ser questionado não é tarefa fácil, diante das intensas intolerâncias sociais ao diferente; na infância o que temos é a prevalência de comportamentos de ocultação, medo e isolamento com relação às crianças que apresentam traços e/ou comportamentos variantes de gênero, onde a dúvida, a culpa e a repressão social (principalmente por parte de familiares e de instituições educacionais) tomam conta do contexto vivido. Afirmações típicas, tais como: “é só uma fase”; “é só um capricho infantil”; e “isso vai passar” – surgem facilmente nos discursos direcionados a essas crianças já em seus primeiros comportamentos que demonstram fugir do padrão e da expectativa cultural de gênero.

A escassez de estudos e pesquisas acadêmicas nacionais em torno da temática de crianças variantes de gênero é estarrecedora em nosso país. Diante do grande desconhecimento, o pouco que se lê ou que se ouve a respeito segue em direção a legitimar “prevenções” e/ou eliminar aquilo que é considerado socialmente inaceitável: um comportamento de gênero infantil desviante da norma padrão.

Em pesquisa na base de dados do Scielo (em 2015), a única publicação nacional encontrada sobre o assunto específico de crianças *trans* trata-se de um relato sobre um processo psicoterapêutico de uma criança do sexo masculino de dois anos e oito meses de idade que se sentia e se comportava tal qual o que se define, hoje, socialmente, como uma menina. A referida terapia é descrita a partir de uma perspectiva de tratamento psicológico com o objetivo de que a criança em questão aceitasse o gênero que lhe foi imposto socialmente ao nascer biologicamente como um menino. As psicólogas e autoras do referido texto, Maria Costa e Maria Vanin (2005), relatam e analisam o caso pontuando com convicção de que o mesmo apresentava um “comprometimento no desenvolvimento normal de sua identidade de gênero” (p.175) e que isso deveria ser sanado (segundo as autoras) diante do sofrimento que tal situação estaria causando na dinâmica familiar da criança em questão.

Em seu trabalho terapêutico, Costa & Vanin adotam uma postura teórica que mais parece uma sopa de letrinhas que se juntam para formar uma série de termos psicológicos perdidos de sentidos. Estas definem a técnica adotada por elas como uma “técnica do pensamento sistêmico novo-paradigmático, representado pelo construcionismo social, pela abordagem narrativa e pelo psicodrama infantil” (p.176). Tal proposta de trabalho denominada pelas autoras parece se apresentar na tentativa de justificar as ações contra o que elas chamam de uma “força do ambiente” (p. 176) que atuaria na forma como as experiências são significadas e ressignificadas pelo ser humano. Entretanto, o relato de caso e de intervenção apresentado pelas psicólogas demonstra, na verdade, não passar de insistentes tentativas normatizadoras de adequação social realizadas através de condutas terapêuticas agressivas e atuantes por vinte e quatro meses na vida da criança no sentido de eliminar possíveis comportamentos e identificações femininas apresentadas pela mesma e, assim, transformá-la, tal como as autoras definem, em “um verdadeiro moleque” (...) bem integrado socialmente (...) e com “projeções para o futuro que expressaram, na base, o gênero masculino e seus respectivos papéis” (p. 184). Ações analiticamente opressoras e heteronormativas travestidas de técnicas profissionais, mas que seguem em busca de padrões masculinos de atuação infantil e que, em nada se assemelham, de fato, a uma perspectiva de cuidado terapêutico para com o outro em sofrimento, neste caso a criança recriminada pela família por não se encaixar nas normas e representações sociais de gênero vigentes.

Indo por outra perspectiva, bem menos impositiva e opressora que a técnica terapêutica relatada acima, a pesquisadora da Universidade de London (Inglaterra),

Natacha Kennedy (2010), alerta que uma maioria significativa de pessoas transexuais toma consciência de sua identidade de gênero ainda na infância, tendo estas que passar a maior parte desse período de desenvolvimento, ou mesmo, todo ele, sentindo que possuem uma identidade de gênero que é diferente daquela que têm que representar socialmente.

Segundo Kennedy, o que se percebe é que um longo período de ocultação e supressão de sua identidade de gênero pode levar uma criança (futuro jovem e futuro adulto) a ter sentimentos de culpa e vergonha de si e que podem representar problemas significativos tanto na educação, como em outras áreas de sua vida (trabalho, socialização, relações de afeto, etc.). A estudiosa afirma ainda que forçar comportamentos de um determinado gênero em algumas crianças pode levá-las a internalizar expectativas irreais de suas expressões de gênero, levando algumas delas a tentarem, forçadamente, representar um gênero que não lhes é subjetivamente apropriado. Tal fato traz como resultado uma transfobia internalizada nessas crianças que faz com que, muitas delas, sejam mais propensas a sofrer problemas de saúde mental no início da idade adulta, ou mesmo, possam vir a tentar cometer suicídio em momentos de intenso sofrimento psíquico.

Os relatos apresentados a seguir são de três interlocutores *trans*: a Cinthia, o Zé e o Bernardo (respectivamente), e tratam a respeito de suas descobertas e vivências infantis de gênero, bem como, dos seus primeiros sinais na tentativa de readequação social para a sua identidade de gênero desviante através, principalmente, de brincadeiras, roupas, fantasias e brinquedos:

“Na verdade eu nunca me senti homem, desde os 6 anos de idade, eu não conseguia me entrosar com os meninos nas brincadeiras, então as minhas escolhas eram associadas ao universo feminino, eu não gostava de brincar de bola, eu gostava de brincar de panelinha, de cozinhar, de boneca, de mamãe e titia. A minha mãe era analfabeta, foi criada no interior e pra ela não foi fácil entender isso, ainda mais com todos os filhos sendo homens. Mas quando eu completei dez anos de idade ela me chamou e me perguntou se a roupa dela estava bem. Eu disse que sim, que a única coisa que não estava boa era o sapato (risos). E ela perguntou justo pra mim e não pros outros, acho que ela já começava a perceber desde essa época” (Cinthia, João Pessoa, 14/07/2014).

“Quando eu era criança, acho que com uns quatro anos de idade foi que eu vim atentar para o que era ser um menino e o que era ser uma menina, justamente quando eu entrei na escola. No colégio que eu estudava, meninas só faziam balé e meninos só faziam judô. Não que eu não gostasse de fazer balé, mas eu queria fazer judô também e eu não podia. Não que eu não fosse me divertir lá no balé, porque era tudo criança, era só brincadeira, não tinha nada, de fato. Mas por que eu não poderia estar junto com os outros meninos? Aí, eu via que eu não era igual às meninas, eu era mais parecido com os meninos (...). Dos quatro aos dez anos de idade minha tia e minha avó me entupiam de vestidos e bonecas e tudo que você imaginar. Era um saco que eu não tinha com que brincar, eu vestia né, eu ia fazer o que? Eu não tinha nem argumento pra dizer que eu não queria. A partir dos seis pra sete anos eu achava ridículo vestido porque eu gostava mesmo era de usar bermuda. Foi mais ou menos nessa época que minha mãe me deu uma bermuda de menino mesmo. Eu usava direto até não dar mais, não cabia mais, mas eu estava usando (risos). (...) Minha tia tinha me dado ao longo da minha vida muitas bonecas, muitas, muitas, todas que você imaginar, todas as Barbies, tudo, tudo que você imaginar de boneca ela já tinha me dado. Tinha boneca na caixa ainda porque eu não me dava ao trabalho nem de

abrir pra ver o que era. Os únicos brinquedos que eu brincava quando era criança era um vídeo game que meu tio me deu e um lego que eu ganhei de presente de aniversário de sete anos. Pronto, eram os meus únicos brinquedos, o resto, as bonecas, era só enfeite do quarto. Quando eu tinha dez anos, eu abri a porta do quarto e de repente eu chamei todas as crianças que moravam na rua, separei o que eu queria (uns ursinhos lá, uns negócios) e disse: ‘pode levar o que vocês quiserem’. As crianças estavam tudo feliz e eu mais ainda” (Zé, João Pessoa, 10/04/2014).

“Eu lembro muito perfeitamente, eu acho que eu já tinha sete, não eu tinha seis, seis anos, foi! No tempo do ABC, fiz o maior auê na escola, que tinha ido um cara para tirar foto das crianças com as fantasias e tal, aí eu queria tirar uma foto né, só que só tinham três fantasias, acho que era do superman, da paqueta da Xuxa e do Power Ranger. Aí minha mãe foi lá, daí só tinha uma roupa de menina que era a da paqueta, aí eu falei caralho, eu pensando assim né, só que eu nem pensei na possibilidade de usar a roupa da paqueta, nem a de superman, eu queria mesma era a do Power Ranger, era certeza! E aí minha mãe foi lá, e já foi direto na da paqueta e mandou a mulher me vestir no banheiro, aí eu não queria, aí foram chamar mainha. Aí eu sempre era a criança mal criada, que dá “piti” (...). Aí eu disse pra minha mãe: é porque eu quero a do Power Ranger. Aí ela fez: Não! Eu lembro muito bem disso. Ela disse: não, isso é coisa de menino, você vai vestir essa aqui que é de menina. Aí eu disse: não, mais eu não quero. Aí eu comecei a chorar, aí chorei, chorei, chorei e já no final, eu passei mais de uma hora assim, ela querendo que eu botasse e eu dizendo que não, e o cara das fotos já ia embora, aí mainha disse que não ia tirar mais foto nenhuma, aí eu comecei a chorar de novo, porque eu queria tirar a foto sim, mas com a do Power Ranger. Aí beleza, ela se rendeu e me deixou botar a roupa, aí eu fui com cara de satisfeito, mas emburrado, mas tirei a foto” (Bernardo, João Pessoa, 26/05/2014).

As crianças narradas pelas histórias contadas da Cinthia, do Zé e do Bernardo parecem deixar notar com mais clareza as diferenças já sentidas entre o ser menino e o ser menina desde o início das suas relações sociais e escolares e, nesses momentos iniciais, já começam a definir suas predileções de acordo com o gênero que se identificam. Os relatos baseados em lembranças apontam para diversos momentos de suas infâncias que se destacam diante de uma série de conflitos e incompreensões familiares formadas principalmente nas situações de não convergência do sexo biológico com a identidade de gênero dessas crianças, mas que por insistência e permanência nas escolhas divergentes por parte das mesmas, acabam por possibilitar, na maioria das vezes, um reordenamento da dinâmica familiar existente.

Segundo uma publicação (em formato de cartilha) da Rede Transgênero de pais, familiares e amigos de lésbicas e gays de Washington (PFLAG, 2009), “padrões de comportamento infantis com variante de gênero” já podem ser notados pela primeira vez em crianças entre dois e quatro anos de idade. Meninos “variantes de gênero” podem mostrar interesses em roupas, sapatos e cabelos de meninas; se identificam com personagens femininas de desenhos/filmes infantis, como a Branca de Neve ou a Cinderela; preferem meninas como companheiras de brincadeiras e evitam jogos mais agressivos; por vezes, são descritos como gentis, sensíveis, artísticos, doces e carinhosos; ainda na infância podem expressar o desejo de ser uma menina, ou mesmo, alguns chegam a alegar que realmente são meninas. Já as meninas “variantes de gênero” podem insistir em ter cortes de cabelo curto e vestir roupas de meninos, se recusando a usar saias, vestidos, e mesmo, trajes de banho femininos. Elas rejeitam atividades lúdicas que estão associados com o ser uma menina e preferem jogos e brinquedos que

são normalmente considerados mais usados por meninos. Essas meninas podem se identificar com personagens masculinos e se recusam a assumir personagens femininas em encenações e brincadeiras. Elas preferem se relacionar com meninos e estão interessadas em jogos considerados mais ásperos. Essas meninas também podem expressar o desejo de ser um menino, e mesmo afirmar que realmente são meninos, gostando de serem confundidas como um deles.

Porém, a publicação alerta que nem todas as crianças “variantes de gênero” crescem e se tornam pessoas *trans*, e que nem todas as pessoas adultas *trans* exibem comportamentos variantes de gênero em suas infâncias. Assim, enquanto algumas crianças expressam o desejo e a identificação de agir, vestir, brincar e serem tratadas como uma pessoa do outro sexo em uma idade precoce, o desejo e a identificação podem diminuir, mais tarde, ou mesmo, ainda na infância. Já aqueles/as que mantêm tais desejos e identificações e os levam até a adolescência, quer se expressando publicamente ou não, são mais propensos a se auto-identificarem como pessoas *trans* na juventude ou na idade adulta. Tal questão apresenta-se fundamental para se pensar as variações de gênero infantis como não fixas, muito menos, como deterministas. Assim, penso que tal questão deva ser refletida e analisada em estudo posterior, que pretendo realizar com pessoas que afirmam terem tido uma infância com variações de gênero, mas que, na adultez, não se definem transexuais, nem mesmo, com uma identidade de gênero desviante de seu sexo biológico.

Considerações

Por fim, mas longe de encerrar o debate sobre crianças *trans*, retoma-se o encontro da Maria/Pedro percebendo essa ilustração inicial como um exercício social, familiar e pedagógico, no qual as questões morais criadas nas bases da divisão binária dos sexos e seus rígidos papéis culturais tensionam outras possibilidades de se enxergar e de lidar com as identificações infantis de gênero desviantes do padrão vigente. Assim, novas configurações surgem não apenas e necessariamente pautadas na exaltação da subversão da fronteira *trans*, já perceptível em algumas vivências infantis aqui destacadas, mas também, modelados pela busca de identidades erguidas a partir das expectativas culturais binárias do ser menino masculino e do ser menina feminina. Portanto, não há como compreender a Maria/Pedro, o Zé, a Cinthia, o Bernardo e tantas outras crianças que apresentam comportamentos variantes de gênero, sem nos darmos conta do padrão cultural binário que ronda nossas compreensões e incompreensões a respeito de tais questões.

O caminho da patologização médica, da estigmatização e da rejeição social apontadas no decorrer deste texto levam a um terreno arenoso em que os diálogos se fecham naquilo que não deveria estar: o errado – o doente – o desviante, pautando as possibilidades de aceitação da condição *trans* apenas pela perspectiva da doença mental moldada a partir de ideias já bem ultrapassadas, e superadas cientificamente, da biologização e naturalização das identidades de sexo e gênero.

Essa vivência *trans* durante a infância, quer seja temporária ou permanente, quer seja em determinados comportamentos e/ou escolhas, ou em todos os momentos ao longo de sua vida, será pautada pela marca da transição das experimentações infantis. Tais vivências terão em suas histórias diferentes momentos sociais/ familiares/ pedagógicos e farão parte da biografia de negações e/ou aceitações não só da condição *trans* em si, mas também, da vivência infantil com o diferente que está em si mesmo e no outro.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COSTA, Maria Ivone; Maria Regina Vanin. O Reencontro com a Identidade de Gênero: contribuições da visão sistêmica novo-paradigmática e do psicodrama infantil. Campinas: *Estudos de Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 175-185, abril-junho, 2005.

KENNEDY, Natacha. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. Traduzido por Valéria Amado. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN*, v. 11, n. 2, p. 21-40, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PFLAG - A publication of the Transgender Network of parents, families and friends of lesbians and gays. *Our Trans Children: a primer for parents of transgender children of all ages*. 6ª edição, PFLAG Transgender Net: Washington, 2009.